

DOCENTES



Data de atualização: 06/2019

Docentes

Na América Latina, a questão da docência tem ocupado um lugar relevante na agenda pública. Desde 2010, o Escritório Regional de Educação da UNESCO para a América Latina e Caribe promove a [Estratégia Regional de Docentes](#), através da qual produz conhecimento para fortalecer as capacidades dos Estados na tomada de decisões.

No Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 4 da Agenda 2030, pede-se aos Estados para “assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas as pessoas”. Entre suas metas, o objetivo estabelece: “aumentar substancialmente a oferta de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores nos países em desenvolvimento, principalmente os países de menor desenvolvimento relativo e os pequenos Estados insulares em desenvolvimento”.

Na região da América Latina e Caribe, há aproximadamente 6,4 milhões de professores para a educação primária (anos iniciais do ensino fundamental) e a educação secundária (anos finais do ensino fundamental e ensino médio). A maioria dos docentes está no nível primário, o que corresponde a cerca de 2,9 milhões. A distribuição territorial dos docentes varia consideravelmente em cada país. Em geral, os professores mais velhos e mais experientes estão concentrados nas áreas urbanas, enquanto os mais jovens e menos experientes trabalham em áreas remotas ou rurais ([OREALC, 2013](#)).

Em 2008, aproximadamente 74,6% dos docentes cumpriam os requisitos nacionais de certificação para lecionar no nível primário, enquanto no nível secundário essa proporção diminuía para 64,4% (UIS-UNESCO, 2009).

A situação dos professores na região é diversa, mas, em termos gerais, caracteriza-se por um marcado preconceito de gênero da profissão, que se traduz na feminização dos cargos docentes, origem social em estratos médios e médios baixos, formação de nível superior, baixa remuneração em comparação com profissões semelhantes, bem como escassez de oportunidades de desenvolvimento profissional e promoção dentro do trabalho docente em sala de aula.

Os desafios que a região enfrenta em termos de política docente dizem respeito a uma maior atenção à diversidade social, cultural, étnica e econômica das pessoas que, atualmente, encontram-se marginalizadas e desejam inserir-se e desenvolver-se no exercício da profissão docente. Envolvem, também, o fortalecimento da mobilização de recursos materiais e simbólicos para promover o trabalho colaborativo em um contexto regional que avança em direção a propostas meritocráticas, a formação de tutores e formadores, a prática docente e a valorização da profissão para além do reconhecimento

através de incentivos e melhorias salariais, mas na sua função social, reconhecendo-os como “sujeitos políticos” (Calvo, 2019).

Dimensões de análise

Os docentes constituem um dos fluxos de ação da política educacional em que se dá a maior concentração de atividade estatal. Os países mobilizam grande quantidade de recursos para sustentar o sistema educacional como um todo, destinando uma parte significativa à formação, avaliação, certificação e manutenção do exercício da docência. Isso se reflete nos orçamentos da educação, com aproximadamente 74% do investimento no setor voltados ao corpo docente e não docente¹.

Uma noção ampliada e integral da política docente abrange, pelo menos, quatro focos de intervenção: formação inicial, formação continuada, carreira docente e garantia das condições básicas para o desenvolvimento do trabalho.

1. Formação inicial

No âmbito da política educacional docente, um primeiro foco de intervenção corresponde à formação inicial de professores. Trata-se do conjunto articulado de ações voltadas à preparação de quem está iniciando no exercício da profissão docente.

Na região latino-americana, as instituições que formam docentes geralmente são as universidades, que, por meio de faculdades de educação ou outras unidades acadêmicas, preparam professores para diferentes níveis, bem como universidades pedagógicas, institutos pedagógicos superiores (Institutos Normais Superiores ou Institutos Superiores de Educação) e Escolas Normais.

A duração dos cursos varia significativamente nos diferentes países: entre 2 e 5 anos, dependendo do nível educacional estudado. A tendência geral indica uma maior quantidade de anos na formação de professores no nível secundário ([OREALC, 2013](#)).

Na América Latina, a formação docente é caracterizada pela preparação desigual de formadores de professores e pela coexistência de estratégias educacionais de caráter mais universalista ou diferenciado para grupos socialmente desfavorecidos. Os pontos críticos da formação inicial se concentram em torno do baixo nível de formação com que se ingressa nos estudos pedagógicos, da fraca qualidade dos programas e processos de formação, da tensão entre lógicas escolarizantes e lógicas acadêmicas da formação docente, além da insuficiente regulação dos programas de formação ([Cuenca, 2018](#)).

¹ O dado corresponde a 2017 ou ao último ano com informações disponibilizadas pelo Instituto de Estatística da UNESCO (UIS).

a. Instituições de formação de docentes nos níveis primário e secundário

País	Escolas Normais	Institutos Pedagógicos Superiores	Universidades
Argentina			
Chile			
Colômbia			
Costa Rica			
El Salvador			
Guatemala			
Honduras*			
México			
Nicarágua**			
Panamá			
Peru			

Fonte: *Elaboração própria, com base em informações do OREALC (2017).*

* *A escola normal forma somente professores da educação primária.*

** *As universidades formam somente professores da educação secundária.*

2. Formação continuada

Um segundo foco de intervenção é a formação docente continuada. Trata-se do conjunto de ações voltadas ao fortalecimento das capacidades e da aprendizagem ao longo da trajetória docente. Abrange todas as ações orientadas à capacitação, aperfeiçoamento e atualização do conhecimento e dos saberes necessários para um desenvolvimento profissional qualificado dos professores.

A atualização e o aperfeiçoamento são um direito e dever profissional dos professores. É uma dimensão presente na maior parte das legislações educacionais dos países que regem a carreira e o trabalho dos docentes na região (Vezub, 2019).

Os programas de formação docente oferecidos na América Latina são, pelo menos, de quatro tipos: (i) cursos, oficinas ou seminários de **atualização**, que têm como objetivo atualizar os professores com novos conhecimentos científicos; (ii) **processos de aprendizagem entre pares**, no nível da unidade educacional ou grupos territoriais, com base na reflexão sobre a prática pedagógica e voltados à produção de conhecimento pedagógico; (iii) **especializações**, permitindo o desempenho adequado dos professores em determinada disciplina, bem como sua capacitação em funções específicas, em um ciclo educacional ou certos âmbitos socioculturais; e (iv) **cursos de**

graduação e pós-graduação, possibilitando o acesso a níveis superiores de conhecimento ([OREALC, 2013](#)).

Atualmente, observa-se na região a coexistência de programas tradicionais de educação continuada e modalidades alternativas de formação em serviço, uma tendência a abordagens reflexivas baseadas nas práticas pedagógicas situadas e no deslocamento da aprendizagem individual para a coletiva. Os pontos críticos da formação continuada são estruturados em relação à articulação da formação inicial e continuada, na regulação da oferta de programas de capacitação e na tensão entre as demandas dos docentes e as necessidades do sistema ([Cuenca, 2018](#)).

A seguir, apresenta-se um conjunto de intervenções relevantes – não exaustivo – de programas de formação docente continuada ou com algum componente voltado à formação em serviço:

b. Intervenções por país e população-alvo

País	Intervenção	População-alvo
Argentina	“Componente de Formación Docente Situada” (“Componente de Formação Docente Situada”, em tradução livre) – FDS	Equipes docentes e diretivas de diferentes níveis e modalidades do Sistema Educacional.
	“Componente de Formación Docente Especializada” (“Componente de Formação Docente Especializada”) – FDE	Equipes docentes e diretivas de diferentes níveis e modalidades do Sistema Educacional.
	“Escuelas Faro” (“Escolas Faro”)	Equipes docentes de escolas com maior vulnerabilidade, segundo dados de trajetórias escolares e resultados do “Operativo Aprender” (“Operação Aprender”).
	“Desarrollo profesional en gestión educativa” (“Desenvolvimento profissional em gestão educacional”)	Equipes técnicas jurisdicionais, diretores e supervisores.
Bolívia	“Itinerarios formativos para Maestros y Maestras” (“Itinerários formativos para Professores e Professoras”)	Professores de todos os níveis, ciclos e especialidades, incluindo pessoal técnico, administrativo, de apoio e formadores.
	“Red de Maestros del SEP” (“Rede de Professores do Sistema Educacional Plurinacional”)	Professores do Sistema Educacional Plurinacional.

	“Programa de adecuación y complementación para el ejercicio docente” (“Programa de adequação e complementação para o exercício da docência”) – PROACED	Educadores que exercem a docência conforme sua formação inicial e completam sua carga horária com outra especialidade, em Educação Primária Comunitária Vocacional e Educação Secundária Comunitária Produtiva do Subsistema de Educação Regular, em unidades educacionais Fiscais e de Convênio localizadas em territórios indígenas de origem camponesa, em áreas rurais de difícil acesso e em cidades intermédias.
Chile	“Red Maestros de Maestros” (“Rede Professores de Professores”)	Professores ou comunidades educacionais consideradas prioritárias.
	“Formación para el Desarrollo Docente en plataforma del CPEIP” (“Formação para o Desenvolvimento Docente na plataforma do Centro de Aperfeiçoamento, Experimentação e Pesquisas Pedagógicas”)	Professores de instituições de ensino subsidiadas ou grupos específicos de professores.
	“Programa de Inducción a directores” (“Programa de Integração de diretores”)	Diretores que assumem pela primeira vez tal função e que foram selecionados através do Sistema de Alta Dirección Pública (ADP) após o dia 1º de janeiro de 2015 ou escolhidos para atuar em uma nova instituição.
Colômbia	“Programa Todos a Aprender” (“Programa Vamos Todos Aprender”)	Professores da educação básica primária (de turmas do ano “transição” até o 5º) de instituições de ensino que apresentam desempenho insuficiente.
	“Programa de Formación Virtual para Docentes y Directivos del Sector Oficial” (“Programa de Formação Virtual para Docentes e Diretores do Setor Oficial”)	Professores de diferentes níveis educacionais.
	“Estrategia de acompañamiento a docentes noveles” (“Estratégia de acompanhamento de docentes iniciantes”) – EA	Professores com menos de três anos desde a nomeação.
Costa Rica	“Programa Tecno@prender”	Professores de diferentes níveis educacionais.
	“Formación a docentes del DETCE” (“Formação de docentes da Direção de Educação Técnica e Capacidades Empreendedoras”)	Professores da Educação Técnica Profissional no Terceiro Ciclo e Educação Diversificada.
Cuba	“Programa de Superación Profesional de Posgrado” (“Programa de Superação Profissional de Pós-graduação”)	Educadores de diferentes níveis e tipos de ensino.
	“Programa de Autosuperación y Trabajo Metodológico” (“Programa de Autossuperação e Trabalho	Educadores de todas as instituições de ensino.

	Metodológico")	
Equador	"Programa Me Capacito"	Professores e diretores.
El Salvador	"Proyecto de Mejoramiento de Aprendizajes en Matemática en Educación Básica y Educación Media" ("Projeto de Melhoria da Aprendizagem em Matemática na Educação Básica e Média") – ESMATE	Professores de matemática do 7º, 8º e 9º anos.
Guatemala	"Programa Académico de Desarrollo Profesional Docente" ("Programa Acadêmico de Desenvolvimento Profissional Docente") – PADEP/D	Professores da educação pré-primária e primária, bem como pessoal técnico e administrativo (diretores, coordenadores, supervisores e membros de instâncias departamentais).
Nicarágua	"Liderazgo en la Gestión Educativa" ("Liderança em Gestão Educacional")	Diretores e subdiretores de centros de ensino de educação primária e secundária.
Panamá	Cursos de capacitación "Aprender al máximo" (Cursos de capacitação "Aprender ao máximo")	Professores, supervisores e diretores.
Paraguai	"Programa de Capacitación de los educadores para el mejoramiento de los aprendizajes de niños, niñas, jóvenes y adultos" ("Programa de capacitação de educadores para a melhoria da aprendizagem de crianças, jovens e adultos") – PROCEMA	Professores de instituições de ensino oficiais e institutos de formação docente, bem como gestores escolares.
Peru	"Programa de Inducción Docente" ("Programa de Integração Docente") – PID	Professores recém-nomeados, com menos de dois anos de experiência em educação pública.
	"Soporte Pedagógico para la Secundaria Rural" ("Apoio Pedagógico para a Educação Secundária em área rural")	Professores e diretores.
	"Soporte Pedagógico Intercultural" ("Apoio Pedagógico Intercultural") – SPI	Professores, promotores de programas não escolarizados (PRONEI) e diretores de educação infantil e primária de instituições de Educação Intercultural Bilingue.
R. Dominicana	"Programa Nacional de Inducción de docentes de nuevo ingreso" ("Programa Nacional de Integração de professores iniciantes")	Professores iniciantes do setor público.
	"Estrategia de Formación Continua Centrada en la Escuela" ("Estratégia de Formação Continuada Centrada na Escola") – EFCCE	Professores, equipes de gestão e redes de centros, bem como equipe técnica regional e distrital.

Uruguai	“Formación permanente o en servicio del IPES” (“Formação continuada ou em serviço do Instituto de Aperfeiçoamento e Estudos Superiores”)	Professores, diretores e inspetores a serviço da Administração Nacional de Educação Pública: população docente em geral, por níveis, modalidades ou formação para funções específicas.
	“Formación de posgrado del IPES” (“Formação de pós-graduação do Instituto de Aperfeiçoamento e Estudos Superiores”)	Professores ou profissionais afins do Sistema Nacional de Educação Pública com requisitos de acordo com a temática.
	“Formación en servicio del IFS del CEIP” (“Formação em serviço do Instituto de Formação em Serviço do Conselho de Educação Infantil e Primária”)	Professores, diretores e inspetores do Conselho de Educação Infantil e Primária.
Venezuela	“Programa Nacional de Formación Avanzada en Educación” (“Programa Nacional de Formação Avançada em Educação”)	Professores, coordenadores, diretores e supervisores.

Fonte: *Elaboração própria, com base nas informações oferecidas pelos sites oficiais de cada país.*

3. Carreira docente

A experiência dos diferentes países latino-americanos tem demonstrado que a formação e manutenção de um corpo docente qualificado são os pilares de um sistema educacional bem-sucedido. Nesse sentido, o terceiro foco de intervenção da política educacional é a carreira docente, o qual se caracteriza por ser intensivo em regulação.

A carreira docente é o regime jurídico que regula a vida profissional de quem exerce a docência; mais precisamente, os procedimentos de ingresso, permanência, mobilidade e afastamento de professores do sistema estatal de ensino.

Em 2014, observava-se, na América Latina, a coexistência de carreiras que haviam sido formuladas e pensadas nos anos 1950 e outras de regulação mais recente ([OREALC, 2015](#)). Na região, a carreira docente é caracterizada pela sua heterogeneidade. A carreira mais antiga e vigente atualmente é a da Costa Rica, datada de 1953, e a mais recente é a que regula a vida profissional dos docentes mexicanos, promulgada em 2013. Além disso, uma análise comparativa da normativa que regula a carreira docente nos diferentes países latino-americanos permite uma classificação em duas gerações. A **primeira geração** abrange carreiras formuladas entre os anos 1950 e 1990, sob a lógica do desenvolvimento de um Estado de Bem-estar Social que reconhece os direitos trabalhistas dos professores e privilegia o exercício da docência com permanência no cargo, promoção vertical e credencialismo. A **segunda geração**, do ano de 2000 até o presente, é implementada em meio ao desenvolvimento dos Estados neoliberais. O exercício da docência é visto

como um emprego público baseado em posições, o que impacta fortemente na composição de salários diferenciados por nível de desempenho e perda de estabilidade no emprego. Há, ainda, outro conjunto de regulações, que se encontram **em transição** entre uma geração e a outra. Trata-se de carreiras parcialmente modificadas ([OREALC, 2015](#)).

A avaliação docente é uma dimensão da política educacional bastante discutida e trabalhada na América Latina. Entre os diferentes tipos, destacam-se as avaliações associadas ao ingresso na carreira, às progressões e ao desempenho docente.

Os processos de avaliação são diversos, basicamente, porque há participação de diversas instâncias governamentais e atores institucionais, com diferentes níveis de responsabilidade e repertório de ação. Os instrumentos de avaliação consistem, sobretudo, em provas escritas sobre conteúdo teórico ou pedagógico, embora também contemplem – em menor medida – a observação de aulas, portfólios e gravações em vídeo de aulas ([OREALC, 2015](#)).

c. Leis nacionais de educação e carreira docente, por país

País	Lei Nacional de Educação	Normativa que regula a carreira docente
Argentina	Lei nº 26.206/2006 – Lei da Educação Nacional	Lei nº 14.473/1958
Chile	Lei nº 20.370/2009 – Lei Geral da Educação	Lei nº 19.070/1996 Estatuto dos Profissionais da Educação
Colômbia	Lei nº 115/1994 – Lei Geral da Educação	Decreto nº 1.278/2002
Costa Rica	Lei nº 2.160/1957 – Lei Fundamental da Educação	Lei nº 1.581/1972 Regulamento da Carreira Docente. Decreto nº 2.235/1972
Equador	Registro Oficial nº 417/2011 – Lei Orgânica da Educação Intercultural (LOEI) e seu Regulamento Geral	Na Lei da Educação*
El Salvador	Decreto nº 917/1996 – Lei Geral da Educação	Lei da Carreira Docente. Decreto nº 666/2006
Guatemala	Decreto Legislativo nº 12/1991 – Lei Nacional da Educação	Decreto nº 1.485. Estatuto provisional dos trabalhadores do Estado
Panamá	Lei nº 47/1946 – Lei Orgânica da Educação (o Decreto Executivo nº 305 aprova o Texto Único desta lei)	Na Lei da Educação*

Paraguai	Lei nº 5.749/2017 da Carta Orgânica do Ministério da Educação	Lei nº 1.721/2001. Estatuto Docente
Peru	Lei nº 28.044/2003 – Lei Geral da Educação	Lei nº 29.944/2012. Lei da Reforma Magisterial
República Dominicana	Lei nº 66/1997 – Lei Geral da Educação (a Portaria nº 03/2013 modifica a estrutura acadêmica do sistema educacional do país)	Decreto nº 639/2003 Estatuto do Docente
Uruguai	Lei nº 18.437/2009 – Lei Geral da Educação	Portaria nº 45/1993. Estatuto do Funcionário Docente
Venezuela	Gazeta Oficial nº 5.929/2009 – Lei Orgânica da Educação	Decreto nº 1.001/2000. Regulamento do Exercício da Profissão Docente

Fonte: Elaboração própria, com base na regulamentação de cada país.

4. Condições básicas para o desenvolvimento do trabalho

O quarto enfoque, que em muitos casos mobiliza recursos *de e para* os focos de intervenção mencionados anteriormente, registra uma ampla gama de ações voltadas ao fortalecimento do exercício, desenvolvimento e permanência dos docentes no sistema educacional. Trata-se da garantia das condições simbólicas e materiais necessárias para o desenvolvimento da profissão.

Uma primeira dimensão das intervenções diz respeito a todas as ações que se destinam à manutenção diária do exercício da docência, garantindo materiais educacionais, equipamentos e infraestrutura adequada.

Uma segunda dimensão está diretamente relacionada à valorização da profissão docente. Trata-se de ações que buscam atrair e reter os melhores professores através de estímulos, prêmios e incentivos, além do fortalecimento da estrutura salarial dos professores.

Na América Latina, em meio à implantação dos Estados neoliberais, foram desenvolvidos processos de intensificação e precarização do trabalho, produzidos pela expansão – muitas vezes desordenada – dos sistemas educacionais, o que resultou em más condições de trabalho e uma diminuição significativa dos salários. Estudos sobre o valor da profissão docente destacam dois tipos de estratégias: uma diretamente ligada à remuneração econômica, através de esquemas salariais e programas de bonificações; e outra que envolve ações de reconhecimento, de caráter mais simbólico, por meio de prêmios e reconhecimentos públicos.

d. Salários anuais de professores em instituições públicas, com base em qualificações típicas, após 10 anos de experiência*

País	Pré-primária	Primária	Secundária 1º nível	Secundária 2º nível
Argentina*	20.037	19.728	15.604	15.604
Chile	24.641	24.641	24.641	25.188
Colômbia	32.686	32.686	32.686	32.686
Costa Rica	29.872	29.872	41.397	41.397
México	22.434	22.434	28.690	50.181

* Equivalente a dólares americanos convertidos por meio de PPA para consumo privado.

** Na Argentina, os dados são extraídos da Coordenação Geral de Estudo de Custos do Sistema Educacional do Ministério da Educação, Cultura e Ciência e Tecnologia e do FMI, World Economic Outlook Database.

Fonte: Instituto de Estatística da UNESCO, documento Panorama da Educação de 2017.



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura



**Instituto Internacional de
Planejamento Educacional**
• IIPE UNESCO Buenos Aires
• Escritório para a América Latina

SITEAL | DOCENTES

